

# Entre a informação e o conhecimento, imbricam-se tensas relações para inclusão de negros na sociedade contemporânea

## Mirian de Albuquerque Aquino

Doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. Professora do Departamento de Ciência da Informação, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Etnicorraciais da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), João Pessoa, PB, Brasil.

E-mail: miriabu@gmail.com

## Vanessa Alves Santana

Mestranda em ciência da informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPb), PB, Brasil.

E-mail: xanessa8@gmail.com

## Resumo

As sociedades do mundo inteiro estão em plena corrida para entrar em uma nova fase da história da humanidade, quando a informação passou a desempenhar papel fundamental no cotidiano dos indivíduos. Trata-se de uma sociedade da informação que se articula com o conhecimento, cujos sintomas estão enredados na complexidade do tempo e do espaço, emaranhados nos fios de contradições, nas novas formas de expressões e de novos conceitos intermináveis, construindo sistemas sociais e econômicos altamente complexos e demandantes de intensivo trabalho de informação. São novas dinâmicas socioeconômicas e informacionais, propiciando uma compreensão de que alguns indivíduos estão encarando um estágio de desenvolvimento transformado em bens e serviços nunca visto antes. Entretanto, problematizamos essa nova ordem informacional, pois não ela atingiu sequer um terço da população brasileira menos favorecida social e economicamente. A educação, por sua vez, provoca uma assimetria nas relações entre negros e brancos, negando à população negra o acesso ao ensino superior. Com isso, reduz cada vez mais a possibilidade de inclusão étnicorracial, aprofundando a desigualdade educacional e interditando a afirmação dessa população.

## Palavras-chave

Sociedade da informação e do conhecimento. Informação. Negros e Brancos. Desigualdades. Inclusão social/racial.

## Between information and knowledge, tense relations are interwoven for the inclusion of blacks in contemporary society

## Abstract

*Societies worldwide are in a race to enter a new phase of human history, when information has come to play a crucial role in the everyday lives of the individuals. This is an information society that articulates with knowledge, whose symptoms are embroiled in the complexity of time and space, entangled in the wires of contradictions, in the new forms of expressions and endless new concepts, building social and economic systems highly complex and demanding an intensive information work. There are new socioeconomic and informational dynamics, providing an understanding that some individuals are facing a development stage transformed into goods and services never seen before. However, this new informational order is problematized, because it has not reached even one third of the socially and economically less favored Brazilian population. Education, in turn, causes an asymmetry in the relations between blacks and whites, keeping the blacks from accessing higher education. This increasingly reduces the possibility of racial/social inclusion, deepening the educational inequality and hampering the establishment of this population.*

## Keywords

*Information and knowledge society. Information. Blacks and whites. Inequality. Social inclusion/racial.*

## PARA QUEM A INFORMAÇÃO? PARA QUEM O CONHECIMENTO?

A compreensão da passagem gradual da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial coloca a importância do conhecimento teórico e das tecnologias intelectuais como o resultado de um trabalho desenvolvido por um grupo de profissionais especializados e altamente capacitados, objetivando promover o desenvolvimento da

indústria numa sociedade onde a informatização alcançou diferentes áreas da vida humana com aplicações antes impensadas.

Na década de 1980, o estudioso japonês Yoneji Masuda já antecipava que a sociedade que estava sendo construída seria completamente diferente da anterior, porque entendia que a produção de valores informacionais se constituiria na força motriz da formação e do desenvolvimento. Ele já projetava uma sociedade edificada dentro de um contexto inteiramente novo, partindo da análise completa da tecnologia de telecomunicações e informática chegando a pressupor que a revolução que estava a caminho determinaria a sua natureza fundamental.

O progresso das ciências e das técnicas permitiu o surgimento de dispositivos de comunicação e engendrou um contexto sociocultural que impôs profunda compreensão do tecido social e das mutações que suscitou novo modo de pensar a informação e o conhecimento e suas implicações para inclusão social/racial. Nas análises de Castells (1999), pesa o argumento em que se reconhece o fato de a humanidade estar experimentando um modo de desenvolvimento no qual a fonte de produtividade está centrada na geração, no armazenamento, no processamento e no uso da informação e na comunicação de signos e símbolos. O autor traz também a afirmação de que os discursos e as práticas perderam seus antigos referenciais de tempo e espaço visando a presenciar a instauração de um “paradigma informacional” (CASTELLS, 1999) que se encontra visceralmente ligado à reestruturação do capitalismo global, sistemas de especialização flexível e avanço das técnicas de informação (SANTOS, 2004).

Nesse cenário de mutações, é possível visualizar a dinâmica dos processos socioculturais que alterou as formas de vida e as relações dos indivíduos com o mundo da produção. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a informação e o conhecimento converteram-se em elementos fundamentais de geração de riqueza e poder e aumentaram a nova força de produtividade, valor e opulência dos países,

das nações e dos indivíduos. Essa visão coaduna com as opiniões daqueles estudiosos que veem a ciência e suas aplicações tecnológicas como uma das principais forças potencializadoras do crescimento contínuo da produtividade durante os últimos 50 anos.

Tal configuração demanda a inserção de poucos indivíduos na sociedade da informação e do conhecimento, que se potencializa pela velocidade, penetrabilidade das tecnologias e lógica das redes (CASTELLS, 1999), apresentando infinita capacidade de produzir conhecimentos, instituir novas formas de comunicabilidade e promover a sociabilidade das relações entre indivíduos em iguais condições, enquanto outras pessoas são destituídas delas.

A complexidade da sociedade da informação e do conhecimento serve para introduzir, de modo mais específico, o processo de invasão e onipresença das tecnologias da informação e comunicação. Os mecanismos de mudança técnica e as formas como essas tecnologias vêm mudando o mundo resultaram em demandas sociais e institucionais para a realização de determinadas tarefas, sendo também responsáveis por uma série de transformações das necessidades básicas da vida humana. Entretanto, assegura Castells (1999, p. 11), a atual sociedade surge com uma diferença básica: “o novo conhecimento é aplicado principalmente aos processos de geração e ao processamento do conhecimento e da informação”.

Essa revolução tecnológica em processo, como todas as revoluções anteriores, produz efeitos intersticiais em quase todas as esferas da atividade humana. Sua ênfase na geração, no processamento e na aplicação da informação e do conhecimento desenvolve um estado de espírito permanentemente estimulado por uma gama sempre em expansão de *hardwares*, *softwares*, aparatos e aplicações tecnológicas e promessas de salvação econômica, estimulação e aperfeiçoamento cultural, por meio da tecnologia (KENWAY, 1998).

O novo modo de desenvolvimento modificou o conceito de tecnologia entendido por este autor como o “uso de conhecimentos científicos para

especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira reproduzível” (CASTELLS, 1999, p. 49). Essa tecnologia, segundo o autor, tem aplicações na medicina, nas técnicas de produção (nanotecnologia), na tecnologia de transportes, na microeletrônica, nas telecomunicações/radiodifusão, na optoeletrônica, na engenharia genética, bem como suas aplicações e materiais. Suas inúmeras possibilidades alteraram os significados dos termos informação e conhecimento, de modo que ambos estão sendo amplamente utilizados. É necessário observar a importância que esses termos passaram a ter, não só para satisfazer aos interesses da economia global e informacional, mas também para servir como capital humano na formação dos indivíduos.

Não há dúvida de que o conhecimento se tornou um dos principais fatores de superação de desigualdades, de agregação de valor, de criação de emprego qualificado e de propagação de bem-estar, sendo que a nova situação tem reflexos no sistema econômico e político. Os discursos especializados atuam sobre o conhecimento e as novas formas de produção de sentido funcionam como uma expressão dos novos projetos de intervenção sobre outras formas de conhecimento, comunicação e transformação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001). Entender a relação que envolve a informação e o conhecimento implica não apenas a possibilidade de tirarmos proveito dessas tecnologias, de forma produtiva, mas também de refletirmos criticamente sobre os efeitos negativos dessa ferramenta de comunicabilidade para parcelas de populações desfavorecidas economicamente.

Em seu livro *A condição pós-moderna* Lyotard (1989) demonstra apreensão em relação ao encantamento das tecnologias intelectuais (expressão que passaremos daqui em diante a utilizar no sentido levyniano) quando assinala que o saber (informação) pós-moderno não é apenas o instrumento de poderes. Sua análise refina nossa sensibilidade para vermos as diferenças e a necessidade de fortalecer nossa capacidade de suportar o incomensurável. Ele entende a informação muito mais em seu caráter mercantilista do que mesmo como uma prática social, pois, em vez de ser difundida em

seu caráter formador e inclusivo, torna-se objeto de transação econômica.

Para Lyotard (1989) existem duas formas de se conceber a informação: uma positivista, que encontra sua aplicação nas técnicas relativas aos homens e aos materiais, tornando-se uma força produtiva necessária ao sistema; e a outra crítica, reflexiva e hermenêutica, que interroga, direta ou indiretamente, sobre os valores ou as finalidades das tecnologias intelectuais. Entretanto, Castells (1999) ressalta a importância da conjugação da informática com as telecomunicações, sugerindo que a chave da riqueza das nações e os modos diferentes de vida estão na aprendizagem dos processos de manipulação, disseminação, armazenamento e obtenção da informação. Assim, qualquer orientação que se dissocie dessa nova ordem sociocultural está sujeita a sanções com consequências fatais para os países menos desenvolvidos. Tal advertência traduz a ideia de que é impossível alcançarmos o sucesso em todos os setores da atividade humana sem recorrermos às tecnologias intelectuais.

No atual momento em que a informação e o conhecimento assumiram papel central nessa sociedade com vistas a atender aos objetivos políticos e econômicos e às exigências do mundo do trabalho, o Brasil continua mergulhado em um cenário de profundas desigualdades sociais e raciais, onde a população negra ainda não se apropriou concretamente de seus direitos fundamentais (saúde, trabalho, habitação, saneamento, segurança, educação, informação etc.) garantidos constitucionalmente. Essas desigualdades perseguem a população negra ao longo de uma história perpetuada pela ausência de políticas públicas eficientes e equitativas, resultando em um quadro de mazelas que deixou essa população desamparada desde o período de sua libertação do regime da escravidão colonial, que se apresenta hoje com novas características referentes aos direitos anteriormente mencionados.

No tocante à saúde, por exemplo, o trabalho intitulado *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*: uma política do SUS, mostra que a situação

dessa população é “traduzida especialmente pela comprovada precocidade dos óbitos e pela alta taxa de mortalidade materna neste segmento, situação agravada pelo racismo que, muitas vezes, é responsável pela discriminação que ocorre em várias instituições e também nos serviços de atenção à saúde”. Apesar de constante resistência dessa população representada historicamente por inúmeros movimentos de homens e mulheres, essa população ainda não conseguiu superar totalmente “a transformação das desigualdades produzidas historicamente, a partir de reivindicações para um atendimento mais equânime por parte das instituições públicas”.

Dados do IBGE (2010) apontam que as diferenças entre negros e brancos “são expressivas também no trabalho, onde 6% de brancos com 10 anos de idade ou mais aparecem nas estatísticas da categoria de trabalhador doméstico, enquanto os pardos chegam a 8,4% e os pretos a 14,6%. Mesmo tendo diminuído nos últimos anos a diferença no desemprego por cor ou raça ainda continua persistindo. Em 2003, a taxa de desocupação dos que se declararam pretos ou pardos era 14,4% e a dos brancos de 10,6%. Em 2009, a população que se declarou preta ou parda representava 42,8% das 40,7 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade em pelo menos regiões metropolitanas, tais como Salvador, que apresentou a maior proporção de pretos e pardos (82,7%) e Porto Alegre a menor (12,6%)”.

A condição de vulnerabilidade em que vivem pretos e pardos, segundo dados estatísticos do IBGE, é bastante elevada no Brasil. Negros são as principais vítimas de agressão física ligada à cor de pele. Do total de 6,9% de pretos na população brasileira, 14% afirmaram ter sido vítimas de violência. Dentre os pardos, que representam 44,16% da população, 12,1% foram vitimizados. Dos brancos, 11,9% passaram pela situação de agressão.

Em nosso país, “em cada três assassinatos, dois são de negros. Em 2008, morreram 103% mais negros que brancos [...]”. Os números mostram que, enquanto os assassinatos de brancos vêm caindo, os

de negros continuam a subir. De 2005 para 2008, houve queda de 22,7% nos homicídios de pessoas brancas; entre os negros, as taxas subiram 12,1%. O cenário da violência aumenta consideravelmente entre os jovens de 15 a 24 anos, sendo que entre os brancos o número de homicídios decresceu de 6.592 para 4.582 entre 2002 e 2008, uma diferença de 30%. Já em relação à criminalidade, o número de assassinatos de jovens negros passou de 11.308 para 12.749, um aumento de 13%. Em 2008, a proporção de jovens negros assassinados era mais de 127,6% em relação aos brancos. Em 1998 essa diferença era de 39%. Em alguns estados da federação, o índice de assassinatos cresce assustadoramente.

A região que se destaca por seus altos índices de vitimização é a Nordeste, onde estados como Paraíba apresentam uma íngreme escalada desde 2002 para, em 2008, ostentar uma taxa de vítimas negras 12 vezes maior, proporcionalmente, ao das vítimas brancas. Todavia, o estado de Alagoas não fica muito atrás (índice 11 vezes maior), sendo forte também na Bahia, no Ceará, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Fora da região Nordeste, destacam-se os elevados índices de vitimização do Distrito Federal, Espírito Santo, Amazonas, Pará e Amapá (WAISELFSZ, 2011, p. 19).

Absurdamente, a Paraíba encabeça a lista de níveis de vítimas de assassinato numa escalada considerada muito violenta. Os dados levantados mostram que as taxas de homicídio branco do estado em 2007 já eram as menores do país: 3,3 homicídios em 100 mil brancos, para 2,5 em 2007, enquanto as taxas negras duplicaram no mesmo período, estendendo-se de 16,3 homicídios em cada 100 mil negros para 39,1 no mesmo ano. Com essas taxas, sendo 3,3 em 100 mil para brancos e 39,1 para negros, o índice de vitimização do estado para negros eleva-se a 1.189.

As desigualdades educacionais geram uma dicotomia entre os grupos que constituem a proclamada sociedade da informação, afetando principalmente os jovens. Ainda segundo os dados do IBGE, em 2009 a situação escolar daqueles que estão na faixa

de 15 a 17 anos era bem menos desfavorável nas regiões Norte e Nordeste, com 39,1% e 39,2% de jovens no ensino médio “não chegando a atingir os 42,1% que o Sudeste já tinha em 1999 (em 2009 eram 60,5%)” (IBGE, 2010). Tais desigualdades, quando evidenciadas no rendimento familiar, influenciam na adequação idade/nível de ensino, pois “entre os 20% mais pobres da população, 32,0% dos adolescentes de 15 a 17 estavam no ensino médio, enquanto que, nos 20% mais ricos, essa situação se aplicava a 77,9% [...]” (IBGE, 2010). Em relação à educação, os negros também não alcançaram o patamar desejado.

A maior democratização no acesso ao sistema escolar, a adequação idade/nível educacional ainda é um desafio, principalmente na faixa de 15 a 17 anos de idade, em que só 50,9% dos estudantes estão no grau adequado (ensino médio). Quando se comparam os indicadores educacionais para brancos, pretos e pardos, também se percebe uma redução das desigualdades entre os grupos, mas, no que diz respeito à média de anos de estudo e à presença de jovens no ensino superior, em 2009 os pretos e pardos ainda não haviam atingido os indicadores que os brancos já apresentavam em 1999. Além disso, no ano passado, as taxas de analfabetismo para as pessoas de cor ou raça preta (13,3%) e parda (13,4%) eram mais que o dobro da taxa dos brancos (5,9%) (IBGE, 2010).

Também “não se pode desconsiderar que a falta de políticas públicas na área de informação e de leitura são fatores que reforçam e contribuem para a exclusão de contingentes populacionais que se ressentem de canais de formação continuada e espaços de informação” (FERREIRA, 2020, p. 3).

Esta autora assinala a relevância do direito à informação para todos os grupos sociais indistintamente, afirmando que

a informação deve ser vista como um bem social e um direito humano como qualquer outro, tão importante quanto o direito à saúde, à educação, à justiça etc. E mais, a legitimação de homens e mulheres como sujeitos de direitos perpassa necessariamente pela consolidação de seu direito de acesso à informação de qualidade, como condição elementar para a

conquista de novos direitos políticos, civis e sociais, em uma sociedade cada vez mais caracterizada pela velocidade de mudanças que nela ocorrem (FERREIRA, 2010, p.4).

A dinâmica da sociedade da informação assumiu o controle de nossas vidas constringendo os indivíduos mais pobres em vários aspectos (perda do emprego, ausência de educação e informação, negação da saúde, condições degradantes de moradia), provocando aumento da desigualdade racial e formando amplo mapa de exclusão. Na questão da informação, mesmo com o funcionamento do programa de inclusão digital instituído pelo governo brasileiro para comunidades quilombolas, bibliotecas e escolas, não se pode afirmar que a população negra como um todo está incluída digitalmente, pois que os bens socioculturais não estão equitativamente distribuídos entre brancos e negros.

Nas universidades públicas, os negros estão distantes da internet e do computador, dos processos de apropriação da informação. Essa exclusão racial também sugere a crítica desse modelo de sociedade como uma atitude permanente, pois, embora tenhamos a informação como o principal ingrediente da organização social, não podemos afirmar que todas as pessoas estão participando desse benefício sociocultural. Cada vez mais, a nova ordem informacional parece uma desordem social. Tem razão Lèvy (1999) ao afirmar que as verdadeiras relações não são criadas entre a tecnologia e a cultura, mas por grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam, de diferentes formas, as técnicas, mas não têm acesso a elas como usuários.

## TENSÕES NA INCLUSÃO SOCIAL/RACIAL

O atual cenário de desigualdade entre negros e brancos aumenta o compromisso dos profissionais da informação, não exclusivamente como produtores do conhecimento, mas também como facilitadores na disseminação da informação para os indivíduos

que dela necessitem, independentemente dos espaços sociais onde vivem e dos papéis que esses profissionais desempenham nos espaços de informação. Assim, se a informação é a matéria-prima do conhecimento e a mais poderosa força de transformação de uma sociedade, cresce cada vez mais sua capacidade ilimitada de transformar culturalmente os indivíduos por meio da informação.

Se a informação tem o poder de transformar as pessoas, caberia à ciência da informação, entendida como uma ciência social e interdisciplinar, que toma como objeto a informação em todos seus aspectos, e estuda o comportamento, as propriedades e os efeitos dessa informação numa variedade de processos de comunicação, ver negros como as principais vítimas da desigualdade social na sociedade da informação e do conhecimento. O olhar crítico dessa ciência sobre as necessidades de informação poderia ajudar a dar visibilidade à população negra, que é cotidianamente confrontada pelas linguagens, imagens, identidades e sentidos negativos potencializados pelas tecnologias intelectuais, conferindo-lhes igualmente uma tipologia discursiva que foge dos princípios éticos, do reconhecimento, aceitação e respeito ao outro.

O que se nota, entretanto, é uma insuficiência de estudos que se debruçam sobre temas como raça, etnia, gênero, deficiência, geração. Em relação aos trabalhos referentes a questões etnicorraciais desenvolvidos nessa área, temos a contribuição de Aquino (2004, 2005, 2006, 2007a, 2007b), Silva (2009), Lima (2009), Oliveira (2010), Elliot (2010), Pereira (2009), que abordam temas como a produção de conhecimento nas universidades públicas, o discurso da imprensa negra, a inclusão social/ racial e os mitos africanos como elementos de informação e preservação. Temos ainda o trabalho de Silva e Lucas (2006) sobre o Memorial Antonieta de Barros em Santa Catarina, que visa à preservação da história e da memória dos afrodescendentes. Nesse projeto, as autoras tentam dar visibilidade às condições de produção “das memórias massacradas, esquecidas” pelo “racismo criminoso” experimentado por mais de 300 anos e que ainda “reflete a atual condição da

preservação da vida, de tudo que o africano trouxe, desde a sua vinda” para o Brasil (SILVA; LUCAS, 2006). Sem dúvida, ainda podemos considerar a escassez de trabalhos na área.

Para Cunha Júnior (2007), a pobreza de informação causa estranhamento aos alunos que não mais se animam nas aulas que abordam do tema da escravidão porque, além de trazer uma informação equivocada, os professores (despreparados) não conseguem produzir sentidos adequados ao escravismo, resultando numa “desqualificação social e depreciativa” (CUNHA JÚNIOR, 2007) da história, cultura, tecnologia e ciência da população africana e sua descendência. Segundo o autor, “as práticas sociais inadequadas impediram as ciências e os educadores de verem o esplendor das culturas de base africana e da contribuição destas para o conhecimento da humanidade” (CUNHA JÚNIOR, 2005, p. 48).

O esquecimento da riqueza da cultura africana e de seus descendentes em algumas áreas, de certa forma, pode ser compreendida na visão de Frohmann (1995), quando este autor ressaltou que as questões da informação trabalhadas exclusivamente com foco sobre a técnica, a gerência e a eficiência de fluxos informativos deslocam a possibilidade de se trabalhar com grupos específicos e formas específicas de dominação, sobretudo aquelas relacionadas à raça, classe, sexo e gênero.

Dialogando com Frohmann (1995), Unger e Freire (2006, p. 12) ressaltam que “a dominação sobre a informação por determinados grupos — e como se dá esta dominação sobre raça e classes sociais - deve ser estudada para sabermos como melhorar estas relações”. Essas considerações supõem uma preocupação com a temática social/ racial e chamam nossa atenção para a busca real da interdisciplinaridade, dos temas transversais, da multiculturalidade, da interculturalidade ou enfoques teóricos múltiplos que suscitam a área da ciência da informação. Por sua vez, González de Gómez (2002), em seu artigo “Novos cenários políticos para a informação”, traz o conceito de regime de informação entendido

como um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

O conceito de regime de informação utilizado pela autora parece ser coerente para uma discussão sobre a situação da população negra, que durante séculos permaneceu submetida a um regime de informação colonizadora, com direito apenas de receber a que parecia pertinente aos grupos dominantes. Daí a necessidade de se compreender que precisamos sair de um antigo estado de conhecimento para “apreender a aprender” a impossibilidade de se disseminar “a informação somente para as pessoas que fazem parte de pequenos grupos exclusivos, e sim difundir meios para que toda a grande população possa adquirir informações como todo e qualquer cidadão” (SILVA; LUCAS, 2006, p. 90) numa perspectiva democrática.

Assim, interrogamos: como articular conceitos interdisciplinares à ciência da informação para uma “ecologia de ideias”? Nesse sentido, Freire (2001) aponta a necessidade de apropriação de conceitos das áreas de filosofia da ciência, sociologia e história [e acrescentaríamos educação] para tecermos uma “rede conceitual” que possa dar um sentido profundamente social a estudos voltados para o reconhecimento de negros como sujeitos no processo e do processo de transformação social. Essa atitude, segundo a autora, faria valer, de fato, a preocupação de Wersig e Neveling (1975), quando esboçam o papel da ciência da informação: “o problema de transmissão do conhecimento para aqueles que dele precisam é uma responsabilidade social, e esta responsabilidade social parece ser o real fundamento da ciência da informação”. Nessa discussão, ainda intervém Freire (2001, p. 94): “os trabalhadores desse campo científico não estão cientes de sua real função social, fazendo-se

necessário introduzir uma abordagem social no processo de formação profissional”.

Por sua vez, González de Gómez (1999, p. 12) adota um novo modo de pensar uma informação social que possa considerar as populações vulneráveis, discriminadas e excluídas, sendo possível, a nosso ver, incluímos aqui negros e indígenas. Afirma a autora: “a informação [...] requer um trabalho, uma mutação, um processamento para devir informação e conhecimento [...]. A informação que cada um constrói está assim tanto ligada ao corpo como à linguagem, à bibliografia individual como à cultura histórica a que pertence”.

Essa autora nos dá a possibilidade de refletirmos sobre estudos com enfoques na “teoria da ação”, os quais têm dado sua parcela de contribuição aos estudos em ciência da informação para pensarmos as “ações de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002), com vistas à inclusão grupos socialmente vulneráveis. Prosseguindo o diálogo com Wersig e Wendel (1985), a autora vai buscar na teoria da ação os elementos para explicitar a intenção do ator ao realizar algo, e nessa intencionalidade a ação se torna significativa. Com base no conceito de “ação da informação”, afirma a autora, a ciência da informação demarcaria seu território no contexto das ações sociais.

A autora recorre aos pressupostos habermasianos para inserir na sua reflexão o conceito de “racionalização de ação”, que teria possibilidades de explicar que a ação da informação lidaria com situações problemáticas. No entanto, explicita a autora, essa racionalização deixou de considerar o papel das tecnologias admitindo que a ciência da informação por estar envolvida nos processos técnicos desconsiderou a tematização, “em justa medida, [do] alcance e natureza dessas mudanças e [de] sua relação com as novas configurações socioculturais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 38).

A partir do pensamento de Miettinen (1997), a autora apresenta o conceito de “mediação” que demarca o território conceptual da ciência da

informação. Este conceito tem suas raízes na “teoria da atividade”<sup>1</sup>, em que esta se manifesta como uma unidade de compreensão do fazer e agir humano que se situam em contextos culturais que enredam linguagem, instrumentos e práticas, organizados e disponibilizados de acordo com os propósitos estabelecidos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

O que podemos visualizar nos argumentos aqui colocados por González de Gómez? Dependendo do contexto e das teorias requisitadas, a informação adquire novos significados para pensar grupos que estão submetidos a situações de vulnerabilidade por outros grupos. Nesse quadro dos conceitos de rede e mediação, “a informação é entendida como um “operador de relação, agindo sobre distâncias entre o conhecedor e aquilo a ser conhecido”, defende González de Gómez” (2002, p. 42). Outra consideração importante que nos traz a autora para pensarmos a questão da população negra é que “[...] podemos dizer, assim, que todos somos igualmente socializados desde que nascemos nas cidades do pensamento e da palavra das quais somos cidadãos”. Existem assim distâncias entre as comunidades locais, os espaços da vida e os espaços sociais da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 18). Porém, a forma como os homens organizam a sociedade, apropriam-se dos bens socioculturais e distribuem a informação e o conhecimento torna-os efetivamente imunes à equanimidade e à justiça social.

O novo papel conferido à informação, ao conhecimento e à aprendizagem reafirma a possibilidade de equívoco na apropriação da informação para a formação de negros, pois, muitas vezes, legitimamos os saberes prontos e acabados, esquecendo que nessa nova racionalidade informacional é necessário interiorizar concepções e atitudes (saberes) que conduzam a modos de agir em sintonia com a configuração da sociedade, que a cada dia se torna mais complexa, agravada

pela abundância de informações. Para que nos adaptemos a essa situação, é necessário aproximarmos de saberes que nos ajudem a compreender como processar a informação adequadamente, com vistas ao acesso, ao uso e à inclusão social de negros na educação. Trata-se, portanto, de uma formação que considere a informação como um saber gerador de conhecimento.

As resistências concernentes à temática de interesse da população negra não são mais do que a manifestação de uma dinâmica contraditória profunda em cursos que agem sobre a informação, nos quais negros padecem da ausência de informações atualizadas sobre determinados grupos sociais, demonstrando que a “informação para a cidadania”, pelo menos para muitos excluídos, ainda é uma ilusão.

É preciso perceber que o descontentamento dos críticos à sociedade da informação e do conhecimento advém do fato de que os encantos dessa sociedade têm sido alardeados como um acontecimento perfeitamente natural, carregando um discurso que promete aos excluídos a crença de que o futuro está nas tecnologias intelectuais e, por isso, precisam aceitá-las com muito entusiasmo.

A demanda de informação equitativamente para negros e brancos pobres constitui enorme desafio para as universidades públicas, com vistas a assegurar a posição do Brasil na sociedade da informação e do conhecimento. Não sem razão o *Livro Verde* anuncia que arquivos e bibliotecas, museus e centros de informação cumprirão papel estratégico na mobilização de indivíduos e comunidades que ainda não estão conectadas e com acesso aos conteúdos da Internet (TAKAHASHI, 2000, p. 65). Quem tem acesso à informação? Por quanto tempo? Interessante ainda é notar que se reconhece que há carência, na sociedade brasileira, em todos os setores dessa atual sociedade, em que se necessita de maior expansão das tecnologias intelectuais com acesso e uso plenamente eficaz.

A sociedade brasileira ainda necessita ultrapassar grandes obstáculos para que todos os seus cidadãos

<sup>1</sup> Teoria da Atividade é uma estrutura filosófica e interdisciplinar utilizada para o estudo de diferentes formas de práticas humanas relacionadas a processos de desenvolvimento e níveis individual e social ligados ao mesmo tempo. É originária dos estudos de Leoniev e Vygotsky.



tenham qualidade de vida adequada. Ciência, Tecnologia e Inovação têm muito a contribuir nesta direção, especialmente em áreas como saúde, educação, saneamento, controle ambiental e segurança pública e desenvolvimento urbano. Dispor de conhecimentos e saber aplicá-los de forma apropriada é passo fundamental para a superação dos problemas sociais do País (TAKAHASHI, 2000, p. 75).

Trata-se, pois, de universalizar o acesso e o uso dos meios eletrônicos de informação para gerar um trabalho com a informação mais eficiente, em todos os níveis e grupos sociais. Entretanto, o *Livro Branco*, que aborda questões como inovação, e o *Livro Azul*, que [ trata da sustentabilidade, em nenhum momento mencionam políticas públicas para negros. No item que se refere à demanda social, o discurso enfoca a necessidade de o país crescer com solidariedade e justiça e a necessidade de

ampliar a igualdade de oportunidades para promover uma efetiva inclusão social de todos [...] É imperioso organizar modos de proteção de conhecimento, inovações e práticas dos povos indígenas e outras comunidades locais e mecanismos que garantam a repartição dos benefícios decorrentes do uso de conhecimentos tradicionais” (BRASIL, 2010, p. 84).

Estudos com enfoques na teoria da ação também têm dado sua parcela de contribuição aos estudos em ciência da informação para pensar ações de informação com vistas à inclusão social/racial. González de Gómez (2002), dialogando com Wersig (1985), busca na teoria da ação os elementos para explicitar a intenção do ator ao realizar algo, e nessa intencionalidade a ação se torna significativa. Com base no conceito de “ação da informação”, essa área de conhecimento demarcaria seu território no contexto das ações sociais de inclusão.

A autora reflete sobre o conceito de “racionalização de ação”, do qual se apropriam Wersig e Wendel (1985) no pensamento habermasiano, para sugerir que a ação da informação lidaria com situações problemáticas, demandando uma busca de argumentos de racionalização no espaço de provisão que não se encontram disponíveis no sistema de ação. No

entanto, essa racionalização deixou de considerar o papel das tecnologias de comunicação e informação e, além disso, a ciência da informação, estando envolvida nos processos técnicos, desconsiderou a tematização, “em justa medida, [do] alcance e natureza dessas mudanças e [de] sua relação com as novas configurações sócio-culturais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 38).

Sintetizando o pensamento de Miettinen nessa configuração sociocultural, González de Gómez (2002, p. 38) apresenta o conceito de “mediação” que demarca o território conceptual da ciência da informação. Este conceito está embutido na teoria da atividade, que se manifesta como uma unidade de compreensão do fazer e agir humano, os quais se situam em contextos culturais que enredam linguagem, instrumentos e práticas, organizados e disponibilizados de acordo com os propósitos estabelecidos.

O que podemos visualizar nos argumentos aqui colocados pela autora é que, dependendo do contexto e das teorias requisitadas, a informação adquire novos significados para pensar grupos que estão submetidos a situações de vulnerabilidade por outros grupos, ou seja, “a informação nesse quadro dos conceitos de ‘rede e mediação é entendida como um “operador de relação, agindo sobre distâncias entre o conhecedor e aquilo a ser conhecido”, defende González de Gómez” (2002, p. 42).

É necessário repensarmos a problemática da população negra, pois que, segundo a autora, “[...] podemos dizer, assim, que todos somos igualmente socializados desde que nascemos nas cidades do pensamento e da palavra das quais somos cidadãos. [...] Existem assim distâncias entre as comunidades locais, os espaço da vida e os espaços sociais da informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 18). Porém, pela forma como a sociedade é organizada e o modo como os bens culturais são apropriados, não se efetivam concretamente a equanimidade e a justiça social entre negros e brancos pobres, nem se assegura a plena cidadania.

O novo papel conferido à informação, ao conhecimento e à aprendizagem reafirma a possibilidade de equívoco na formação dos sujeitos e na aceitação de sua cultura, pois o campo da ciência da informação, igualmente aos demais, muitas vezes legitima os saberes prontos e acabados. Para minimizar essa situação é necessário que nos aproximemos de saberes imprescindíveis à compreensão de como processar adequadamente a informação, com vistas ao acesso, ao uso e à inclusão de negros na sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem. Trata-se, portanto, de uma formação profissional que considere a informação como um saber para todos os grupos sociais. Nesse sentido, o profissional da informação tem “o poder de intervir na sociedade, de ser um profissional mediador no processo de construção do conhecimento [...] fazer de tudo para que o cidadão tenha em suas mãos a informação de todo tipo[...].” (SILVA; LUCAS, 2006).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nova racionalidade informacional, é necessário interiorizar concepções e atitudes (saberes) que conduzam a modos de agir em sintonia com a configuração da sociedade da informação, a qual a cada dia se torna mais complexa devido à abundância de informações. Cremos que há uma luta contínua e desigual na atual sociedade, na qual negros são penalizados na distribuição dos bens socioculturais. Trata-se de uma desigualdade que vem se arrastando desde o pós-abolição, momento este em que africanos e descendentes viram-se lançados ao desafio de conviver à mercê das políticas públicas, não havendo nenhuma preocupação por parte do Estado brasileiro de minimizar a situação de penúria e miséria a que estavam submetidos.

A partir de reivindicações de militantes do movimento negro e de pressões da conferência de Durban na África do Sul, o Brasil viu-se obrigado reconhecer o racismo, a formular políticas públicas e a implementar ações que visem a reparar o espólio da escravidão herdado pelos negros (afrodescendentes).

É dessa forma que se começa a mudar o quadro de desigualdade social/racial. Entretanto, o que vem se fazendo ainda é pouco. Ainda há um fosso que separa negros e brancos em todos os setores da sociedade e os torna desiguais na saúde, habitação, saneamento, segurança, educação e informação.

É necessário entender que as tecnologias intelectuais ainda não atingiram um terço da população brasileira menos favorecida economicamente e, assim, reforçam o paradigma da exclusão, o processo de degradação das relações sociais e provocam uma disparidade nessa sociedade da informação: os brancos estão cada vez mais enriquecidos por serem detentores de mais informação, e os negros cada vez menos destituídos da condição humana por terem menos informação, ficando impossibilitados de transformá-la em conhecimento.

Incluir devidamente negros na sociedade da informação é um dispositivo inteligente que pode permitir aos indivíduos experimentar, reinventar e agir com/sobre a informação. Essa visibilidade vai em direção às políticas públicas de inclusão social/racial voltadas para a defesa do acesso e uso dos bens socioculturais, a fim de que negros possam estar informados e adaptados à sociedade da informação e do conhecimento.

---

Artigo submetido em 16/01/2011 e aceito em 16/05/2011.

---

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Imagens de humilhação como formas de desigualdades raciais na sociedade da informação. In: PIZZI et al(Orgs.) *Formação do pesquisador em educação: identidade, diversidade e juventude*, Maceió:UFAL, 2007a.

\_\_\_\_\_. A história do combate ao racismo na educação. In: José Geraldo Vasconcelos; Raimundo Elmo de Paulo Vasconcelos et al. (Org.). *Interfaces metodológicas na história da educação*. Fortaleza: UFC, 2007b. p. 90-103.

\_\_\_\_\_. *Informação e Diversidade Cultural: a imagem do negro no discurso da inclusão social*. João Pessoa: CNPQ (Relatório de Pesquisa). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

\_\_\_\_\_. Conteúdo freireano e diversidade: integrando culturas à rede de informação. *Temas em Educação*, v. 13, p. 58-66, 2004.

\_\_\_\_\_; SANTANA, V. A. Para além dos discursos: imagens de inclusão social/ racial na sociedade do conhecimento. In:

Entre a informação e o conhecimento, imbricam-se tensas relações para inclusão de negros na sociedade contemporânea

- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANCIB, 2005. p. 1-10.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Livro azul da 4ª conferência nacional de ciência e tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Os negros não se deixaram escravizar: temas para as aulas de história dos afrodescendentes. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 69, fev., 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/069/69cunhajr.htm>>. Acesso: 25 jan 2008.
- \_\_\_\_\_. Nós, afro-descendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade. 2005. Cap. 14, p. 249-273.
- ELIOTT, Ariluci Goes. *Informação, Imagem e Memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri*. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2010.
- FERREIRA, Mary. *Informação e Desigualdade Social: desafios para pensar o Estado democrático a partir das bibliotecas públicas maranhenses*. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/272/1/Informacao-Desigualdade-Ferreira.pdf>>. Acesso: 22 jun. 2010.
- FREIRE, Isa Maria. *A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico*. 2001, 166 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.
- FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science applying the actor network theory. In: CONFERENCE OF CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23. *Anais...* Edmonton: Alberta, jun. 1995.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). *O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades*, João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2002.
- \_\_\_\_\_. Para uma reflexão epistemológica acerca da ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v. 6, n.1, p. 5-18, 2001.
- \_\_\_\_\_. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. *Revista Internacional de Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 67-93, abr. 1999.
- IBGE. *Indicadores socioeconômicos*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2011
- KENWAY, Jane. Educando cibercidadãos que sejam “ligados” e críticos. In: SILVA, Luiz Heron da. *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 1999.
- LIMA, Celly de Brito. *Identidades afrodescendentes: acesso e democratização da informação na cibercultura*. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- MIETTINEN, R. *The concept of activity in the analysis of heterogeneous networks in innovation process*. CSTT workshop “Actor Network and After”, Lancaster. 1997. Disponível em: <http://communication.ucs.edu/mCA/Paper/Reiho/Reijo.html>.
- OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de. *Afrodescendência, Memória e Tecnologia: aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto “A cor da cultura”*. Dissertação. 130f. (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. *Mitos como elementos de informação/preservação da memória da tradição africana*. 2009, 20 f. Projeto de qualificação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SILVA, Alba Lígia de Almeida. *A (cons) ciência da responsabilidade social e étnica na produção de conhecimento sobre o (a) negro(a) em programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba*. 137f. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- SILVA, A. S.; LUCAS, E. R. de O. O memorial Antonieta de Barros como veículo de disseminação e produção da informação. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v.11, n.1, p. 83-96, jan./jul., 2006.
- TAKAHASHI, Tadao (Org.) *Sociedade da informação no Brasil: livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.
- UNGER Roberto J. G.; FREIRE, Isa Maria. *Sistemas de informação e linguagens documentárias no contexto dos regimes de informação: um exercício conceitual*. Disponível em: <<http://server01.bc.unicamp.br/seer.php?id=82>>. Acesso em: 08 dez. 2006.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. Disponível em: [http://www.observatorioseguranca.org/pdf/2011mapa\\_Viol%EAncia.pdf](http://www.observatorioseguranca.org/pdf/2011mapa_Viol%EAncia.pdf). Acesso: 21 jan. 2011.
- WERSIG, G.; WENDEL, G. information Science needs a theory of “INFORMATION Action”. *Social Science Information Studies*, v. 5, p. 11-23, 1985.
- WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. *The Information Scientist*. v. 9, n. 4, 1975.